

PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS E PRINCÍPIOS DA BIOÉTICA APLICÁVEIS ÀS DISCUSSÕES ACERCA DA RECUSA ÀS TRANSFUÇÕES DE SANGUE EM TESTEMUNHAS DE JEOVÁ

Wesley de Oliveira Maciel

UNIPAR (Umuarama) - Universidade Paranaense, Umuarama - Paraná

Tereza Rodrigues Vieira (Orientador)

UNIPAR (Umuarama) - Universidade Paranaense, Umuarama - Paraná

Graças aos avanços técnicos obtidos na área da saúde, o ser humano pôde ter acesso, quando necessário, a procedimentos como a transfusão de sangue, que em alguns casos chega a ser insubstituível, como terapia para preservar a vida em determinadas situações. Esse procedimento tem sido constantemente utilizado quando se tem em vista casos graves, especialmente no que se refere à necessidade de alimentação respiratória de células do organismo. Um problema surge, entretanto, quando algumas pessoas recusam a transfusão sangüínea em virtude de sua consciência religiosa. Isso se torna ainda mais delicado se o quadro clínico é de extrema gravidade, e portanto, com risco de vida ao paciente. As Testemunhas de Jeová, devido a um entendimento bíblico, não aceitam a referida transfusão, e por isso, muitos médicos se vêem diante de um impasse, pois a maneira mais acertada de agir passa a ser duvidosa. Não se sabe se o mais correto seria transfundir sangue, respeitando seu juramento hipocrático e a sua própria consciência, ou respeitar a crença daquele que se recusa a receber o sangue. Em face disso, como objetivo do presente trabalho, busca-se saber quais são os princípios e as direções apontadas pela Constituição Federal e pela bioética aplicáveis à presente discussão, fornecendo subsídios necessários para a formação de um correto pensamento sobre a referida situação. E não somente isso, mas também discutir sobre a legislação atual e aquilo que a mesma permite ou proíbe no que se refere ao comportamento médico. Para tal, lançou-se mão de uma exposição tanto dos argumentos favoráveis como dos contrários à referida transfusão, dando enfoque principal aos princípios constitucionais e da bioética. Como resultados das reflexões acerca do tema revela-se a importância do acolhimento aos argumentos que se baseiam no direito à liberdade de crença e na autonomia por um lado e por outro no direito à vida e no dever profissional do médico de salvaguardá-la, em especial no caso de incapazes.

wesleyomaciel@hotmail.com; terezavieira@uol.com.br